

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, PARTICIPAÇÃO E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE OLINDA

Dalila Marina Oliveira Maia (UFPE); E-mail: dalila.marina@hotmail.com
Emanuelle Santana da Silva (UFPE); E-mail: manu.malta2009@gmail.com
Ana Lúcia Felix dos Santos (UFPE); E-mail: Analufelix@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que voltou-se especificamente para o município de Olinda, onde analisou-se qual a percepção que os sujeitos têm sobre a política e o planejamento educacional, tendo em vista os processos de elaboração, implementação e monitoramento, no que tange ao PME - Olinda (2015). Investigou-se, se os sujeitos tiveram a chance de participar do planejamento e sua execução ou se esses são processos sobre os quais pouco se reflete, levando em consideração a importância da participação nos momentos decisórios das políticas educacionais, tanto a nível macro, quanto a nível micropolítico.

O planejamento constitui uma das dimensões das políticas educacionais, sendo elas parte integrante das políticas públicas. Para Secchi (2010), as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (p. 1). Ou seja, é o conjunto de ações, atividades e programas desenvolvidos para o enfrentamento de um problema de caráter público.

O Plano Nacional de Educação (PNE - 2014) cumpre a função de articular os esforços nacionais em regime de colaboração entre os Estados e Municípios, para tentar suprir as necessidades educacionais a nível nacional. Assim, cada ente subnacional foi instado a elaborar seus Planos de Educação, para assim equiparar as necessidades em termos de educação estadual e municipal.

Sendo o planejamento e os planos educacionais instrumentos da política educacional, faz-se necessário que os profissionais de educação, como também toda a população de forma geral, tenham conhecimento e entendimento desses para que as necessidades educacionais sejam atendidas. Essa lógica decorre do entendimento de que a partir do momento que os atores sociais adquirem tais tipos de conhecimentos acerca dos planos, suas posições nos momentos de elaboração, implementação e avaliação se darão de forma ativa, observando as possíveis lacunas e sugerindo novas possibilidades, isso pensando em um planejamento participativo.

A discussão do presente estudo tem por referência o processo de participação, sobretudo nos diferentes momentos dos processos deliberativos. Entretanto, se apoia numa compreensão de participação que não se refere a uma participação passiva, na qual os sujeitos, docentes, não

se posicionam como atores, mas sim como espectadores desses processos. Reflete-se sobre a necessidade da ressignificação desse papel passivo e do cenário em geral em que este se desenvolve. Como afirma Marques (2016, p. 95):

As concepções de participação e democracia aqui expostas exigem uma ressignificação do papel da interlocução realizadas por agentes sociais e políticos, de forma a (re)articular relações permeadas por interesses diversos, perspectivas conflitantes, valores antagônicos e projetos políticos sociais distintos, ocasionando uma nova forma de gerir o público e construindo, assim, um novo espaço público.

Metodologicamente, a pesquisa aqui tratada se caracterizou como qualitativa e os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, direcionadas a seis docentes, e a um diretor de duas escolas da rede municipal de educação de Olinda. Como método de análise de dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

DESENVOLVIMENTO

No que se refere à percepção apresentada pelos sujeitos sobre o planejamento educacional, verificou-se diferentes níveis de aprofundamento. Observou-se que um grupo possui um nível de conhecimento mais estruturado, revelando conceitos e estabelecendo relações sobre a micro e a macropolítica, como pode ser visto a seguir:

Escola 1:

É a maneira que organizamos intenções e estratégias para o desenvolvimento pleno da educação. Procura nortear ações adequadas e adaptadas às necessidades específicas das escolas da rede. (C1)

Uma forma de organizar e de se planejar levando em consideração todo âmbito educacional, onde será estruturada as ações. (P2)

Por outra parte, o outro grupo de entrevistados revelaram um conhecimento bastante limitado sobre o assunto, visto que trazem uma compreensão restrita sobre o planejamento, voltando-o apenas ao planejamento escolar ou de ensino, podendo ser identificado abaixo:

Escola 2:

Ele tem duas linhas, que é o planejamento macro e o micro, no macro ele vai decidir como vai trabalhar português em todas as salas da escola, o micro é o meu planejamento, como eu vou trabalhar. O planejamento individual, pois vamos trabalhar a realidade de cada turma, não pode fugir da diretriz, mas tem que atuar com a realidade. (P5)

Quando o assunto se volta ao conhecimento sobre o Plano de Educação do município de Olinda, é notável que os profissionais, de ambas as escolas, apresentam posicionamentos que não estão alinhados. Destaca-se as percepções abaixo como exemplos:

Escola 1:

É feito em nível nacional, estadual e municipal, analisa e reflete sobre os problemas do sistema educacional. Abrange várias temáticas como: ed. Infantil, ens. fundamental, médio e superior, EJA, formação dos profissionais da área, de finanças da educação, gestão democrática e inclusão. (P3)

Escola 2:

Eu já ouvi falar, assim como todo profissional de educação. Entre meus colegas de trabalho, a gente fala muito pouco sobre esse plano. (P4)

Já peguei assim, não li todo, mas, até porque ele é de 2010. Tenho ele em casa, mas assim ler, ler na íntegra, não. (P6)

Em se tratando dos momentos deliberativos, os indivíduos expressaram falas apenas direcionadas aos momentos de elaboração do PME, deixando evidências do não conhecimento, bem como da não participação nos momentos de implementação e monitoramento/avaliação. Sobre o momento de elaboração, os sujeitos apresentam posicionamentos distintos, como pode ser visto a seguir:

Escola 1:

Particpei das reuniões e fóruns que foram realizados no período e acompanhando sua aplicação. (C1)

Escola 2:

Acredito que essa elaboração deva ser interna, entre membros da Secretaria de Educação, entre outras instâncias, nas escolas eu não vejo esses movimentos, eu sei sobre o cumprimento do plano, mas sobre a elaboração, não. (P4)

(...) não há essa conversa de elaboração, aqui em Olinda? Tem não! Particpei não. Só agora, pronto, o ano passado teve a questão da BNCC, mas assim do plano municipal não. (P6)

Os relatos desta pesquisa revelaram certo desconhecimento do plano, o que, conseqüentemente, pode gerar a não participação nos diferentes processos que o cercam, pois levou-se em consideração quem, para que a participação aconteça, faz-se necessário que se tenha o conhecimento de todo o processo, bem como da política de planejamento educacional, que direciona a nível macro os documentos ligados às políticas públicas educacionais, tratando especificamente do Plano Municipal de Educação. Ressalta-se que o conhecimento sobre a

política educacional, e a efetividade da participação nestes momentos é de grande valia por permitir que os docentes contemplem o que será destinado para sala de aula.

CONCLUSÕES

Conclui-se que há equívocos conceituais dos entrevistados sobre o que é planejamento, fato que comprova que, mesmo as políticas públicas voltadas para a educação tenham avançado, as práticas que cercam os planos, mais específico o Plano Municipal de Educação de Olinda, ainda se encontram condizentes com a gestão centralizada. Ainda que, pouco exemplificados, em face dos limites do presente resumo, se faz estas afirmativas considerando-se o que os discursos revelaram, ou seja: pouco conhecimento dos docentes a respeito do planejamento da educação e seus processos e a pouca atuação deles nesses processos. Nas duas escolas investigadas os sujeitos mostram que o seu principal papel docente é dentro da sala de aula, não fazendo cumprir sua atuação política, que está para além dos “muros da escola”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, 25 de Julho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.

MARQUES, L. R. Qualidade Social da Educação Básica. In: AZEVEDO E AGUIAR (Org.). **Participação e controle social: contribuições ao planejamento educacional.** 1. ed. Camaragibe-PE: Ccs Gráfica e Editora, 2016. cap. 4. v.2.

OLINDA. **Lei nº5940/2015, de 29 de Julho de 2015.** Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Olinda para o decênio 2015-2024, e dá outras providências. Câmara Municipal de Olinda, 2015.

SECCHI, L. **Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** SP, Cengage Learning, 2010.